



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

CONTRATO Nº 065/2023

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS,
QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, O
MUNICÍPIO DE RIACHUELO, E DO OUTRO
LADO A EMPRESA MORAIS, LIMA E
ADVOGADOS ASSOCIADOS ORIUNDO DA
INEXIGIBILIDADE 021/2023.**

O MUNICÍPIO DE RIACHUELO/SE, doravante denominada CONTRATANTE, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 13.128.897/0001-85, com sede na Praça Getúlio Vargas, nº. 72, Centro, Riachuelo/SE, neste ato representada por sua titular, a Prefeito Municipal PETERSON DANTAS ARAÚJO, Portador do RG nº 1.060.741 SSP/SE, inscrito no CPF nº 886.xxx.225-xx, com Endereço Residencial à Rua Senador Leite Neto, n 050 – Centro, Riachuelo/SE, CEP 49130000 e a empresa MORAIS, LIMA E ADVOGADOS ASSOCIADOS, empresa sediada na Avenida Doutor José Machado de Souza, nº120, sala nº 1124, Bairro Jardins, Aracaju/SE, CEP 49025-740 inscrita no CNPJ sob o nº19.394.077/0001-11, por intermédio de seu representante legal, Sr. Emanuel Dantas de Andrade Lima, portador de CPF sob o nº 970.xxx.475-xx, reuniram-se para celebrar o presente Contrato, nos termos das Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO(art.55,inciso I,da Lei 8.666/93)

- 1.1 Consiste o objeto do presente Contrato a prestação de serviços de assessoria e consultoria especializada na área fiscal, para estruturação e arrecadação dos setores de arrecadação, fiscalização do município e implantação de métodos, instrumentos e ferramentas que possibilitem o incremento de suas receitas próprias municipais;
- Adoção da previsão do critério administrativo para aplicação das normas tributárias existentes na legislação federal ou em lei complementar nacional;
 - Declaração ou definição dos critérios(hipóteses e alíquotas) para retenção do IR;
 - Orientação para alteração dos instrumentos contratuais, no que tange ao gerenciamento gradual e cuidadoso das alterações formais dos contratos administrativos e dos convênios em curso, com inserção de cláusula que prevê(com caráter declaratório) a retenção prevista na Constituição, conforme critérios da legislação federal vigente, apontados em Decreto Municipal;
 - Classificação da receita na rubrica especificada, conforme Portarias nº 212/2001 e nº 163/2001 da Secretaria do Tesouro Nacional.
- 1.2 A presente proposta além da parte consultiva já descrita, tem por objeto também a judicialização pela contratada EM FAVOR da CONTRATANTE visando o recebimento dos valores devidos judicial e/ou administrativa do período dos últimos 5(cinco) anos em razão da não retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte em prol da municipalidade.



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

- 1.3 O objeto do presente termo será executado nos termos e condições especificadas na proposta comercial do CONTRATADO;
- 1.4 O presente contrato não importa em exclusividade na prestação de serviços por parte do CONTRATADO, porém a contratação de terceiros ficará sob sua inteira responsabilidade e sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;
- 1.5 Os serviços contratados poderão, ainda, ser prestados no escritório profissional do CONTRATADO, situado no endereço supracitado, nos dias em que não se encontrar na sede do CONTRATANTE;
- 1.6 O CONTRATADO atuará em defesa dos interessados do CONTRATANTE na realização de:
 - a) Questionamentos;
 - b) Auditorias;
 - c) Análise da Legislação Pertinente ao Objeto;
 - d) Notificações;
 - e) Atuação nas demais instâncias administrativas.

CLAUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO(art.55,inciso II, da Lei nº8.666/93)

2.1 Os serviços, objeto deste termo, serão executados de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.

CLAUSULA TERCEIRA– DO PREÇO,DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art.55,inciso III, da Lei nº8.666/93)

3.1 O pagamento pela prestação dos serviços acima descritos, este escritório fará jus ao valor global de R\$120.000,00(cento e vinte mil reais), distribuído em 12(doze) parcelas mensais de R\$10.000,00(dez mil reais) conforme proposta anexa.

3.1.1 Ademais, em contraprestação aos seus serviços, mais especificamente ação trata no item 3.1 da presente proposta a CONTRATADA fará jus ao pagamento de honorários contratuais em montante correspondente a R\$ 0,20(vinte centavos) para cada R\$ 1,00(um real) recuperado ao erário Municipal.

§ 1º - O pagamento dos honorários se dará na hipótese de efetiva recuperação e/ou compensação de valores aos Cofres Municipais.

§ 2º - Autoriza-se, desde já, o destaque dos honorários contratuais na hipótese de recebimento de valores através de Precatório e/ou RPV, na forma prescrita no art. 22, § 4º, da Lei Nº 8.906/1994.

§ 3º - Os honorários de sucumbência eventual arbitrados são devidos à CONTRATADA, não havendo qualquer ingerência da CONTRATANTE sobre os mesmos.

3.2 O CONTRATANTE deverá autorizar o valor previsto especificado nesta cláusula, em favor do CONTRATADO, assim que forem confirmados na conta corrente da Prefeitura,

3.3 O pagamento será efetuado via crédito bancário e será depositado através de transferência em conta corrente do CONTRATADO, em até trinta dias, contados da apresentação da seguinte documentação;

- a) Nota Fiscal;
- b) Comprovação de Regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, além das Certidões de Regularidade de quitação junto ao INSS,FGTS e a CNDT, atualizadas.



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

3.4 No preço já estão incluídos todos os custos e despesas, direta ou indiretamente relacionadas com o objeto contratual, inclusive com a contratação por parte do CONTRATADO de serviços de terceiros a exemplo de Contadores, Engenheiros, Topógrafos, Auxiliares Técnicos, etc além das taxas, impostos, seguros, licenças e outros custos relacionados para realização dos serviços, inclusive garantia.

3.5 Não haverá, sob qualquer hipótese, pagamento adiantado ao CONTRATADO.

3.6 O não pagamento da fatura no prazo estipulado no item 3.3 acarretará indenização por inadimplência pela variação do INPC, entre a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, ou outro índice que venha a ser fixado pelo Governo Federal, na forma do art. 40, XIV, "c" da Lei nº8.666/93.

3.7 Os preços contratados, em moeda corrente brasileira, serão irredutíveis no período CONTRATADO.

3.8 Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO na hipótese de haver pendência de liquidação de qualquer débito referente à eventual irregularidade, inadimplência ou penalidade.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA(art.55, inciso IV, da Lei nº8.666/93)

4.1 A Vigência contratual será a partir da data da assinatura do presente termo até 02 de maio de 2024 e poderá ser, excepcionalmente, prorrogado na ocorrência de algumas das seguintes hipóteses, de acordo com o art.57, §1º da Lei nº8.666/93:

- a) Alteração do projeto ou especificações, pela Administração;
- b) Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- c) Impedimento de execução do Contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
- d) Omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis;

4.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste termo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só se iniciando e se vencendo os prazos referidos neste Contrato em dia de expediente no Município, e considerar-se-á os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA(art.55, inciso V, da Lei n.8.666/93)

5.1. A despesa prevista na Cláusula Segunda correrá por conta da seguinte dotação, constante do Orçamento para o corrente exercício financeiro de 2023:

2106- SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS-SEPLANF



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

2019 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E FINANÇAS
3390390000 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA
15000000-FR

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES(art.55,inciso VII e XIII, da Lei nº8.66/93)

6.1 O Contratante, durante a vigência deste termo, obriga-se a:

Da contratante:

- a - Fornecer todos os meios e subsídios necessários para que a **CONTRATADA** desempenhe na forma estipulada os serviços, inclusive as despesas com refeição e estadia dos técnicos;
- b – Efetuar o pagamento na forma convencionada na cláusula quarta do presente instrumento, dentro do prazo pactuado desde que atendida às formalidades previstas;
- c - Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do presente contrato, que deverá anotar um registro próprio, todas as ocorrências verificadas;
- d - Notificar a **CONTRATADA** imediatamente sobre as faltas e defeitos observados na execução do contrato;
- e - Promover o respectivo desconto tributário incidente sobre o serviço prestado;
- f - Fiscalizar o recolhimento de todos os tributos devidos em decorrência da prestação de serviços objeto do presente contrato;

Parágrafo Único - O regime Jurídico deste Contrato confere ao **CONTRATANTE** as prerrogativas constantes e relacionadas no art. 58, seus Incisos e parágrafos, e, no que couberem, nos casos específicos no Inciso II do art. 74, todos da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Da contratada:

- a - Executar fielmente o objeto contratado conforme as especificações determinadas pela **CONTRATANTE**.
- b - Reparar e corrigir, às suas expensas, o objeto deste Contrato que se verificarem vícios, defeitos ou ausências ocorridas durante a execução contratual;
- c - Atender às determinações regulares do representante designado pela **CONTRATANTE**, bem assim as Autoridades Superiores;



ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

d - Atualizar mensalmente o andamento dos processos sob sua responsabilidade, informando ao **CONTRATANTE** acerca dos procedimentos adotados;

e - Responder pelos eventuais danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, inclusive os decorrentes de quaisquer perdas de prazos dos processos judiciais sob sua responsabilidade;

f - Zelar pela qualidade e perfeição dos serviços executados;

g - Manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas nesta contratação e na Lei 8.666/93;

h- Elaborar contestação e acompanhar o **CONTRATANTE** em todos os seus atos e fases, nos procedimentos administrativos que lhe der conta, nos termos deste contrato;

i)Atender consultas formuladas pelo **CONTRATANTE** sobre assuntos relativos ao objetivo do presente termo;

j-Atender consultas formuladas pelo **CONTRATANTE** sobre assuntos relativos ao objetivo do presente termo;

l-Comparecer como representante do **CONTRATANTE** nas audiências designadas nos processos, objeto deste termo;

m-Elaborar contestação e acompanhar o **CONTRATANTE** em todos os seus atos e fases, as ações judiciais que lhe der conta, nos termos deste contrato;

n-Comparecer na sede do **CONTRATANTE**, pessoalmente, quando solicitado, ordinariamente, para atender as necessidades do serviço que não possam, por alguma razão, serem satisfeitas de outra forma.

§ 1º - São conferidos ao **CONTRATADO** os direitos existentes e relacionados nos arts, 59, 79 § 2º, e no art. 109, todos da Lei 8.666/93.

§ 2º - Constituem-se ainda obrigações do **CONTRATADO**, as resultantes dos arts. 66 a 71 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA MULTA(art.55, inciso VII, da Lei nº8.666/93)

7.1.A inexecução, total ou parcial, deste Contrato, além das penalidades constantes da cláusula anterior, ensejará a sua rescisão por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art.78 da Lei nº8.666/93, na forma do art. 79 da mesma Lei.



**ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO**

7.2. Quando a rescisão ocorrer, com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei supracitada, sem que tenha havido culpa do CONTRATADO, será esta ressarcida dos prejuízos, regularmente comprovados, que houver sofrido, conforme preceitua o § 2º do art. 79 do mesmo diploma legal .

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO (art.55, inciso VIII, da Lei nº8.666/93)

8.1. Pode o **CONTRATANTE** rescindir unilateralmente o presente termo, se ocorrer alguma das hipóteses previstas no Art. 79, I, da Lei nº 8.666/93, sem que caiba qualquer tipo de indenização para o CONTRATADO.

CLÁUSULA NONA – DA VINCULAÇÃO(art.55,XI da Lei nº8.666/93)

9.1. O presente pacto vincula-se em sua plenitude aos termos da proposta oferecida pelo contratado, bem como ao Processo Administrativo de Inexigibilidade de Licitação, realizado pelo Município de Riachuelo/SE, com base no art. 25, inciso II, em harmonia com o art. 13, inciso III, todos da Lei nº 8.666/93, e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA– DA LEGISLAÇÃO

10.1. O presente contrato está sendo lavrado nos termos da Lei nº 8.666/93, com as alterações existentes até a presente data, em harmonia com a Legislação Civil Brasileira que disciplina a matéria, ouvindo, nos casos omissos a autoridade superior.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 Fica eleito o foro da Cidade de Riachuelo/SE, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas surgidas na execução do presente Contrato.

E, assim, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento particular de Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e para um único e só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo, a fim de que possa surtir os efeitos legais.

Riachuelo 02 de maio de 2023.


PETERSON DANTAS ARAÚJO
Prefeito Municipal de Riachuelo/Se
CONTRATANTE

Documento assinado digitalmente
gov.br **EMANUEL DANTAS DE ANDRADE LIMA**
Data: 02/05/2023 09:00:30-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

MORAIS, LIMA E ADVOGADOS ASSOCIADOS
Emanuel Dantas de Andrade Lima
CONTRATADA

TESTEMUNHAS: